

Às 11h40 do dia 25 de agosto de 2011, quinta-feira, é instalada a reunião conjunta do CONSAD e CONFIS, em caráter ordinário, com as presenças do Diretor-Presidente, Claudinei Portugal; do Diretor Administrativo e Financeiro, René Fernando Heinen; do Diretor de Previdência, José Viveiros de Faria; do Procurador Tadeu Lopes de Oliveira; do Supervisor Técnico Aluizio Martins Manzini; do Chefe da Divisão de Recursos Humanos Bruno Olivette; dos conselheiros: Norton da Costa Pardal; Rosane do Amaral – suplente; Gil Veríssimo de Oliveira – suplente do Secretário de Administração; Margareth Maria Mahler Rossi – suplente do secretário de Planejamento; Robson Butturini – suplente do secretário de Fazenda; Maria José Garrido de Souza Costa; Arlete Valero Barbosa. O Diretor-Presidente abre a reunião, solicitando que a servidora Sonia leia a ata da reunião anterior, que é aprovada por todos. Pede ao Diretor Administrativo que distribua o relatório das aplicações financeiras, referente aos meses de abril, maio e junho, conforme determina a Portaria MPS nº 345/2009. Diz que o panorama das aplicações está melhor. Se continuarmos assim atingiremos a meta atuarial. Relata que continuamos com as mesmas aplicações do trimestre anterior, o que foi bom, pois tinham sido oferecidas pelo Banco do Brasil, outras alternativas. Não aceitamos. Este mês o gerente ligou e disse que foi bom, se mudássemos poderíamos ter perdas. O Diretor-Presidente diz que não temos recursos para aplicar a longo prazo. Este mês tivemos um rendimento de 230 mil, que representa 10% de nossa folha. Os conselheiros não fazem ressalva ao relatório. Claudinei diz que com o PCCS da educação aprovado, o nosso déficit vai passar de 800milhões para 1bilhão. Em 30 anos, o impacto será de 170 milhões. Não temos como suportar. Relata que foi contratada uma empresa especializada para estudos técnicos, visando análise do plano de cargos. Uma solução seria usar o FUNDEB para cobrir este impacto. Está em estudo pelo INPAS e PMP, lei que possibilitaria este uso. Outra alternativa é fazer uma segregação de massa com as contribuições dos novos concursados. Criar um fundo, visando cobrir o déficit atuarial. O Instituto não teve carência para pagar as aposentadorias e ainda tinha o ônus da assistência de saúde para os servidores. Claudinei relata que participou do V encontro Temático Jurídico, promovido pela

Associação Paulista de Entidades de Previdência – APEPREM, realizado na cidade de São Paulo. Neste evento, foi dito que é melhor para os municípios ter o RPPS. Diz que está em estudo legislação que permitirá aos regimes próprios empréstimos consignados aos servidores, que será interessante para o regime e para os servidores. Tudo será fiscalizado pelo Ministério da Previdência Social. Robson pergunta se já existe parecer de legalidade, a respeito da Prefeitura fazer parcelamento do déficit atuarial usando o FUNDEB. O Diretor –Presidente diz que já está sendo usado em São Paulo e em Natal. Pode ser usado como despesa com pessoal. Norton pergunta como ficará a situação com o PCCS da Saúde. Claudinei responde que o impacto será bem menor, porque a maioria de nossos inativos são da Educação. Norton pergunta sobre a Previdência Privada. Claudinei diz que não se aplica, porque a média dos servidores não tem como pagar. Obra Rua Tereza: Claudinei relata que fez uma reunião com a MHD e que ficou acertado que a empresa fará as correções apontadas pelo Grupo de Trabalho. Foi montada uma comissão para fiscalizar os trabalhos. Casarão da Dr.Sá Earp: continuamos a ter problemas com o IPHAN. Eles fazem exigências, cumprimos, mas logo aparecem novos questionamentos. Claudinei diz que no evento da AEPREMERJ, realizado na cidade de Macaé, teve a participação da Sr.^a Arlete. É uma capacitação para os conselheiros. Terá outro em Caxias. Sr.^a Arlete relata que o evento foi muito positivo. Claudinei diz que será inaugurado o novo site do INPAS. Serão colocados no site os Balanços anuais, as atas dos conselhos, relatórios. Tudo para dar mais transparência às atividades do Instituto. Será inaugurado um serviço telefônico, onde os inativos poderão acessar, com sua senha, andamento de processos, margem consignável, valor do pagamento. Isto vai agilizar o atendimento já que temos poucos funcionários. Claudinei solicita que sejam distribuídos aos conselheiros as cópias dos processos nº 427/11 e 479/11, em nome do servidor Carlos Alberto de Moraes para julgamento. Claudinei diz que no processo nº 427/11, ele solicita o pagamento de uma gratificação, referente à comissão de avaliação de cargos do INPAS. Claudinei diz que a comissão foi prevista na lei do INPAS, mas a Portaria nomeando a comissão nunca fora feita, por isto o requerimento foi indeferido, e que às comissões do Instituto podem ser remuneradas ou não. Posteriormente foi

designada esta comissão, sem remuneração pois todos os membros são funcionários que exercem FG. O servidor se diz perseguido, mas foi designado para exercer uma função gratificada. No processo nº 479/11 solicita o pagamento de auxílio doença. Dr. Tadeu diz que neste processo o servidor viola o Estatuto do Servidor. Diz que o pedido foi indeferido com base no pronunciamento da Saúde do Trabalhador. Diz que o próprio servidor anexou documentos, que comprovam que ele já tinha a doença desde 1993, antes da entrada no serviço público, o que impossibilita a concessão do benefício. O Procurador diz que se percebe que o servidor não se conforma e, por este motivo diz que é perseguido. Sr.^a Arlete relata que o servidor chegou a ligar para a casa dela. Ela sugere que seja feita uma junta médica, diz que tem um outro processo judicial. Claudinei diz que é outro assunto. Diz que ele entrou com processo também na PMP, acusando o Diretor-Presidente de perseguição. Diz que tudo que o servidor tem direito é pago: Gratificação pelo Orçamento, recebe FG. Diz que se os conselheiros quiserem mais tempo para apreciação, fiquem à vontade e sugere que a reunião tenha prosseguimento na próxima 5^a feira, tendo os conselheiros tempo para analisarem o recurso em questão. Dr. Tadeu diz que não existe perseguição; os conselheiros têm a cópia dos processos. Ele mistura os assuntos. O Chefe da Divisão de Recursos Humanos, Bruno, diz que ele menciona que se faça uma inspeção na Divisão. Diz que a DRH está à disposição dos conselheiros. E que o servidor fere o art.130 do Estatuto. Gil diz que gostaria de se abster, porque é do RH da PMP. Define-se então que a reunião terá prosseguimento na próxima 5^a feira, dia 01/09/2011, para julgamento do processo do servidor do INPAS. Nada mais havendo a tratar, é suspensa a reunião às 13h25 é lavrada a presente ata, por mim, Sonia Leão, e que vai por todos assinadas.